

ÓRGÃO: CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DO CFC

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO CRCRN Nº 2022/000092

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR

RELATOR: RANGEL FRANCISCO PINTO

**EMENTA. FISCALIZAÇÃO. ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL. EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES CONTÁBEIS SEM REGISTRO NO CRC. CNAE DE CONSULTORIA E AUDITORIA CONTÁBIL. PUBLICIDADE DE SERVIÇOS PRIVATIVOS DA PROFISSÃO. REGULARIZAÇÃO POSTERIOR AO PRAZO DE DEFESA. INFRAÇÃO CONFIGURADA. MANUTENÇÃO DA PENALIDADE.** 1. PESSOA JURÍDICA AUTUADA POR EXPLORAR ATIVIDADES CONTÁBEIS SEM REGISTRO CADASTRAL NO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE, EM AFRONTA AO ART. 15 DO DECRETO-LEI Nº 9.295/46, À LEI Nº 6.839/80 E AOS ARTS. 1º E 3º DA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.555/2018. DENÚNCIA ANÔNIMA COMPROVOU QUE A EMPRESA DIVULGAVA SERVIÇOS PRIVATIVOS DE CONTADOR (ASSESSORIA CONTÁBIL), SEM MANTER RESPONSÁVEL TÉCNICO HABILITADO E SEM REGISTRO NO CRC-RN. 2. DEFESA TEMPESTIVA APRESENTOU ALEGAÇÕES DE EQUÍVOCO NO CNAE, EXCLUSÃO DA ATIVIDADE CONTÁBIL DO CNPJ E RETIRADA DE PUBLICIDADES IRREGULARES. 3. APESAR DA REGULARIZAÇÃO POSTERIOR, RESTOU CONFIGURADA A INFRAÇÃO DE NATUREZA OBJETIVA, CONSUMADA PELA EXPLORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE ATIVIDADES CONTÁBEIS SEM PRÉVIO REGISTRO NO CONSELHO. 4. JURISPRUDÊNCIA ADMINISTRATIVA DO CFC É PACÍFICA QUANTO À IMPOSSIBILIDADE DE ARQUIVAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO EM RAZÃO DE REGULARIZAÇÃO EXTEMPORÂNEA, SERVINDO ESTÁ APENAS COMO ATENUANTE NA FIXAÇÃO DA PENALIDADE. 5. CONSIDERADA A PRIMARIEDADE, APLICOU-SE MULTA EM GRAU INTERMEDIÁRIO, FIXADA EM CINCO ANUIDADES, NOS TERMOS DO ART. 27, ALÍNEA “B”, DO DECRETO-LEI Nº 9.295/46, C/C OS ARTS. 56 E 57 DA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.603/2020 E RESOLUÇÃO CFC Nº 1.680/2022. 6. RECURSO VOLUNTÁRIO IMPROVIDO, COM MANUTENÇÃO DA PENALIDADE.

**DECISÃO:** A CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DECIDIU, POR UNANIMIDADE, **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 2.515,00 (DOIS MIL, QUINHENTOS E QUINZE REAIS)**, NOS TERMOS DO ART. 27, ALÍNEA “B”, DO DECRETO-LEI Nº 9.295/46, C/C ARTS. 56 E 57 DA RES. CFC Nº 1.603/2020 E RES. CFC Nº 1.680/2022. DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 440ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA. DECISÃO HOMOLOGADA PELO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 473ª REUNIÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DE 19/03/2025.